

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

POLÍTICA FISCAL E REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: UMA
ASSOCIAÇÃO NÃO INCIDENTAL

Raul Costa Cambuim - raul_cambuim@discente.ufg.br

Walquiria Meira Teixeira Ribeiro - walquiriameira@discente.ufg.br

PALAVRAS-CHAVE: Política Fiscal. Política Pública. Representatividade Feminina.

RESUMO. A sub-representação feminina nas arenas de decisões políticas é algo amplamente documentado pela literatura que se dedica a esse tema. Além de estudos em âmbito internacional, a própria Ciência Política brasileira também tem dado suas contribuições nesse sentido, mostrando que o Brasil também é um exemplo negativo nesse tipo de indicador (Araújo et al, 2007; Sacchet, 2011; Limongi et al, 2018). É claro que esse processo não é linear e envolve contextos institucionais e históricos específicos, onde cada país adquire uma estrutura social específica. Obviamente, muitas das explicações perpassam pelos desenhos das instituições políticas. Porém, também é reconhecido que esses arranjos, por si só, não são suficientes para reverter a desigualdade de gênero da política brasileira. Para além de instituições específicas, esse trabalho defende a inclusão de um elemento estrutural que teria influência direta em todo esses ordenamentos institucionais: o orçamento público. Nesse sentido, este trabalho parte da premissa na qual a política fiscal seria uma variável relevante para explicar a sub representação feminina na política. A Sociologia Fiscal (Martin et al., 2009), campo de estudos ainda em consolidação, tem feito descobertas interessantes a partir dessa associação, mostrando que a política tributária, por exemplo, não é neutra quanto ao gênero. Assim sendo, tanto as formas de arrecadar recursos (especialmente através do sistema tributário) e a maneira na qual esses recursos são alocados (especialmente através de políticas públicas) podem reverter ou perpetuar injustiças estruturais pré-existentes. Como se sabe, as desigualdades econômicas podem ser

facilmente transformadas em desigualdades políticas (Offe, 2013). Portanto, objetivamos demonstrar como as políticas fiscais podem influenciar negativamente na participação da mulher na política. Como consequência das mazelas advindas da divisão sexual do trabalho (Ramos, 2014), o sistema tributário brasileiro, em vez de contornar o problema, o tem intensificado. Segundo a autora, a divisão sexual do trabalho relega a mulher situação de inferioridade de acesso aos recursos políticos, o que consequentemente as levaria a desenvolver representações e vivências políticas diferentes das masculinas. Esse modelo deveria ser entendido como uma sobreposição cumulativa de desvantagens, principalmente de ordem econômica, que culminaria no acesso desigual ao poder político institucional. Se a maternidade e a divisão sexual estão no cerne desse problema, a política fiscal, então, atuaria como uma variável de reforço negativo dessas problemáticas. Portanto, ao intensificar essas desigualdades, a política fiscal reforçaria as desigualdades políticas que impedem que as mulheres tenham uma maior participação política. Essa é a nossa principal hipótese.